Associativismo português no Rio de Janeiro, 1903-1909

Vitor Manoel Marques da Fonseca*

1 Introdução

Este trabalho visa fornecer informações sobre associações portuguesas existentes no Rio de Janeiro entre 1903 e 1909, com base nos registros feitos nesses anos por associações civis junto ao 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos. Trata-se de um recorte, tanto em termos de objeto quanto de período, de uma pesquisa maior acerca de sociedades civis existentes no Distrito Federal entre 1903 e 1923. O ano de 1903 é o da criação do 1º Ofício e o ano de 1909 foi determinado pelo estágio de coleta de dados em que se encontra a pesquisa maior.

Dado que na vigorosa vida associativa da época é marcante a existência de associações portuguesas de variados tipos, lidar com esse grupo de entidades foi interessante como ensaio de análise para a tarefa maior. Além disso, creio que é uma boa forma de obter indicações sobre a vida daquela que no início do séc. XX era a maior colônia portuguesa no Brasil e que hoje, se muito diminuída em número, continua presente nas associações - hospitais, entidades culturais e casas regionais - que legou a seus descendentes e à própria sociedade carioca.

2 O 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro

A Lei n. 973, de 2/1/1903, criou no Distrito Federal um ofício privativo para o registro facultativo de títulos e documentos, ao qual era também cometido o registro das sociedades civis.

Cerca de um mês mais tarde, em 16/2/1903, o Decreto n. 4775 estabeleceu seu regulamento e, referindo-se somente à criação de um cartório no Rio de Janeiro, o designava, então, como Registro Especial.

Durante 20 anos, só houve no Distrito Federal um cartório com tais fins, sendo nele registradas todas as associações que postulavam personalidade jurídica. A situação se alterou pelo Decreto n. 16273, de 20/12/1923, que reorganizou a justiça no Distrito Federal, e que, em seu artigo 4º, afirmava

* *Universidade Federal Fluminense*
Programa de Pós-Graduação em História - Doutorado

serem dois os oficiais de registro especial de títulos e documentos, criando, portanto, o 2º Ofício. Os limites cronológicos (1903-1923) da pesquisa maior são determinados exatamente pelo período em que só existia um ofício para tal função, aquele que mais tarde será denominado 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos: por não ter concorrente em suas funções, sua documentação reflete integralmente o movimento de criação de associações civis com personalidade jurídica no Rio de Janeiro, então capital da República dos Estados Unidos do Brasil.

3 A burocracia do registro

De todo o acervo produzido e acumulado pelo 1º Ofício, nossas fontes por excelência são os dossiês apresentados para o registro dessas associações.[1] De 1903 a 1923, existem 1452 registros de variadas associações.

Cada dossiê, em conformidade ao Regulamento expresso no Decreto n. 4775, de 16/2/1903, fornece as seguintes informações sobre a associação que pleiteava o registro: denominação, fins e sede, tempo de duração, fundo social e sua aplicação, nome dos fundadores ou instituidores, modo pelo qual era administrada e representada em juízo e em suas relações com terceiros, responsabilidade dos sócios pelas obrigações contraídas pela sociedade, nomes de seus diretores e dois exemplares do Diário Oficial com a publicação de seu estatuto na íntegra ou em extrato.[2]

Toda a vez que ocorresse alteração no estatuto, este teria de ser novamente publicado e requerida a averbação da alteração, mediante cópia dessa publicação. Cada alteração constituía um novo registro, de modo que o universo de associações registradas é menor do que o de registros. Toda vez que se procedesse a eleições com alteração da diretoria, a ata da reunião deveria ser registrada, a fim de que a nova direção pudesse continuar a representar a associação.

As sociedades podiam ser dissolvidas por fim de prazo (quando criadas com tempo pré-estabelecido), por decisão dos próprios sócios ou por ação direta, caso em que, após denúncia ao Ministério Público por atividades ilícitas ou imorais, se lograsse sentença judicial nesse sentido. Nesses dois últimos casos guardava-se também registro do fato, averbando-se a ata de dissolução ou a decisão judicial, cujo original o oficial do cartório incorporava ao dossiê[3].

---

[1] Os dossiês, juntamente com seu registro resumido em livro próprio, constituem a série Estatutos de Sociedades Civis.
[2] Regulamento do Registro Especial, art. 32, baixado com o Decreto n. 4.775, de 10/02/1903.
[3] O Código Civil Brasileiro, Lei n. 3.071, de 1/1/1916, vai manter, em linhas gerais, as mesmas determinações do Decreto n. 4.775, de 16/2/1903, tanto no que diz respeito à constituição quanto à extinção das associações.

A maior parte das associações publicava no Diário Oficial somente o extrato de seu estatuto, o que é explicável como medida de economia, diante dos custos. No entanto, é freqüente que as associações requeressem ao oficial do cartório o arquivamento de uma cópia integral desse documento, algumas vezes manuscrita, outras, mais comumente, impressa em folheto para doação aos associados, facilitando o esclarecimento de seus direitos e deveres para com a entidade a que se filiavam. A existência de tais documentos fornece mais informações a respeito do funcionamento da associação, suas relações com os associados, com outras entidades congêneres, com a sociedade em geral e com o próprio Estado.

Neste trabalho utilizaremos basicamente as informações fornecidas no dossiê, recorrendo em casos muito especiais a uma outra fonte, um trabalho realizado pela Prefeitura do Distrito Federal na década de 1920 sobre assistência pública e privada[4]. Acreditamos que a análise e cruzamento das informações contidas nos registros dão valiosas indicações sobre o movimento associativo dos imigrantes portugueses na cidade.

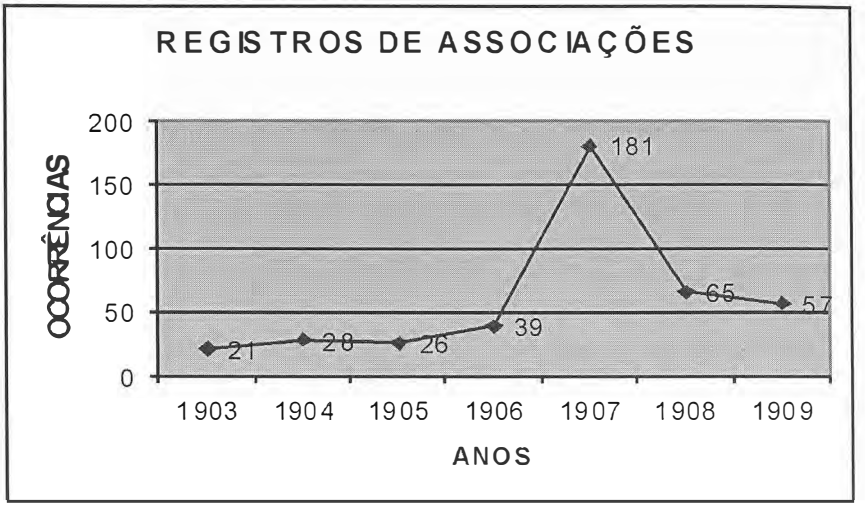
4 Os registros de associações

O registro de associações de 1903 a 1909 ocorreu conforme a tabela abaixo.

ANOS	OCORRÊNCIAS
1903	21
1904	28
1905	26
1906	39
1907	181
1908	65
1909	57
TOTAL	417

Graficamente, tais dados podem ser expressos conforme se segue.

[4] DISTRITO FEDERAL. DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA PÚBLICA. *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro (Brasil).* Rio de Janeiro: Typographia do Anuário do Brasil, 1922. 3 v.



Em 1907 ocorre o grande pico de registros. Pode-se atribuir o pequeno número nos anos anteriores ao tempo necessário para conhecimento, divulgação e tomada de consciência pelas associações da importância e utilidade do registro. A Lei n. 973, de 2/1/1903, não estabelecia sua obrigatoriedade para qualquer associação, tornando-o indispensável apenas para aquelas que desejassem possuir personalidade jurídica. Ora, muitas associações já existentes ou não possuíam personalidade jurídica ou já a detinham de acordo com a Lei n. 173, de 10/9/1893[5], e só começariam a ver importância em se registrar no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos quando necessitassem dispor de seus bens, alugar sedes ou mesmo movimentar contas bancárias e, então, a adequação à nova legislação fosse exigida. Em 1908 e 1909 o número de registros de associações cai em comparação com o de 1907, ano em que os dados coletados indicam que a maior parte dos registros foi de associações já existentes, que se conformavam às novas regras.

5 Que tipos de associação se registra?

Em geral, trabalhos sobre associações lançam mão de algum tipo de

[5] Essa Lei, fruto do art. 72 § 8 da Constituição de 1891, que determinava a liberdade de associação, dispôs sobre a obtenção de personalidade jurídica pelas associações civis que o desejassem. Eram estipuladas as regras para o registro dessas associações, condições gerais de funcionamento e extinção, afirmando em seu artigo 13 que aquelas "[...] que promoverem fins ilícitos, ou que se servirem de meios ilícitos ou imorais, serão dissolvidas por sentença, mediante denúncia de qualquer pessoa do povo ou do ministério público[...]". O registro dessas associações seria feito em livro especial a cargo do oficial do registro de hipotecas. Em 1903, com a criação do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, esse registro lhe é cometido. Cabe observar que toda citação de texto ou nome de associação ou pessoa no presente trabalho foi modernizada, tendo em vista facilitar o trabalho de processamento e evitar erros.

classificação e o fazem de acordo com interesses específicos sem, normalmente, deterem-se na análise dos critérios utilizados para a elaboração dessas tipologias.

Cláudio Batalha, cujo foco de atenção são as associações operárias, classifica-as em mutualistas e de resistência, embora chame a atenção que muitas vezes esses dois tipos básicos não são assim tão puros, havendo sociedades de resistência (sindicatos) que mantêm traços mutualistas, além de existirem outros tipos de associações operárias,

> [...] como cooperativas de consumo e de produção e de associações culturais, recreativas, educacionais e políticas. No entanto, com freqüência mais de uma dessas atividades era desempenhada por uma mesma associação, inclusive no caso das sociedades de resistência".[6]

Maria Helena Beozzo de Lima, ao estudar a Casa do Minho, elabora um quadro das associações portuguesas no Rio de Janeiro, dividindo-as em associações recreativas (clubes portugueses não regionais ou casas/centros regionais), beneficentes (beneficências e socorro mútuo) e culturais[7]. Estabelecendo as diferenças entre esses diversos tipos, afirmará que as recreativas visam proporcionar diversões (festas, bailes, recitais, esportes), as beneficentes, assistência aos imigrantes, sendo de beneficência propriamente dita aquelas que se dedicavam à assistência médica e hospitalar, as de socorro mútuo auxiliavam associados quando em necessidade, garantindo ajuda financeira em caso de desemprego, doença ou invalidez, pensão à família, no caso de falecimento, além de ajuda para retorno a Portugal, auxílio para enterro e assistência jurídica, enquanto as culturais mantinham escolas ou bibliotecas[8].

Elisa Muller, estudando a organização sócio-comunitária portuguesa no Rio de Janeiro, vai classificar as associações portuguesas e luso-brasileiras existentes no ano 2000 como dos seguintes tipos: cultura e ensino; serviços médicos hospitalares, auxílio mútuo e beneficência; sociedades recreativas, bandas e orfeões; casas regionais e de folclore; clubes sociais e desportivos; entidades profissionais e empresariais; instituições de caridade.[9]

---

[6] BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 21.

[7] LIMA, Maria Helena Beozzo de. *A missão herdada*: um estudo sobre a inserção do imigrante português. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1973, p. 32..

[8] *Idem*, p. 33 e 34.

[9] MULLER, Elisa. A organização sócio-comunitária portuguesa no Rio de Janeiro. In: LESSA, Carlos (org.). *Os lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro: Record / FAPERJ, 2002, p. 322.

Nossa proposta de classificação das associações aproxima-se das citadas acima e baseou-se tanto na legislação e documentos correlatos compulsados, bem como na própria auto-classificação que as associações muitas vezes expressavam em seus documentos. A Lei n. 173, de 10/9/1893, determina seu alvo como "As associações que se fundarem para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos, ou de simples recreio[...]".[10] A Lei n. 973, de 2/1/1903, também se refere às sociedades que seriam registradas no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro como "[...] sociedades religiosas, científicas, recreativas e outras a que se refere o decreto n. 173 de 10 de setembro de 1893 [...]".[11]

Assim, classificamos as associações como de auxílio mútuo, de beneficência, culturais, educativas, políticas, recreativas, religiosas e sindicais. Além disso, como subtipos, as associações podem também ser relativas a uma empresa, a uma categoria profissional ou a uma nacionalidade/naturalidade. Embora uma associação pudesse ter um caráter duplo, por exemplo, uma associação que garantisse pensões a associados e também oferecesse ajuda médica a não associados necessitados, sendo sua clientela constituída somente de italianos, consideramos para efeito de classificação a característica mais marcante, a de auxílio mútuo, subtipo nacionalidade.

Embora algumas dessas categorias pareçam ser mais evidentes, estabeleceremos algumas considerações sobre suas diferenças ou sobre as características das associações que reuniremos em cada tipo. Contribuíram para as definições de alguns desses tipos de sociedade tanto a própria maneira como as sociedades se apresentam e suas características comuns, como também definições em leis ainda no período imperial, como, por exemplo, o Decreto n. 2.711, de 19/12/1860 e discussões em consultas do Conselho de Estado, como, por exemplo, o parecer dado a uma consulta do Conselho de Estado, Seção Justiça, acerca dos estatutos da Sociedade Beneficente União Fraternidade.[12]

Classificamos como de auxílio mútuo quando a proposta da associação é socorrer a seus sócios, que pagam mensalidades visando obter serviços, auxílio na doença ou invalidez, ajudas para enterramento ou pensões para suas famílias. Uma associação beneficente é aquela que pretende o exercício da filantropia para com outros que não sejam seus associados. As associações

---

[10] Lei n. 173, de 10/9/1893, art. 1º.
[11] Lei n. 973, de 2/1/1903, art. 1º, §1º. A Lei n. 173 é aqui referida como decreto. Optamos por considerá-la lei, uma vez que é assim classificada quando de sua publicação na Coleção de Leis e por assim constar no original manuscrito sancionado por Rodrigues Alves, cf. Arquivo Nacional (AN), Leis, Lei n. 973, de 2/1/1903.
[12] Cf. Arquivo Nacional, Conselho de Estado, cx. 552, doc. 6.

culturais se caracterizam por pretenderem realizar estudos e investigações, promover conferências, editar publicações para divulgação de seus trabalhos etc. Como sociedades educativas consideramos primordialmente aquelas que visam à promoção do saber na sociedade, à instalação de escolas, principalmente de educação infantil, ou cursos especiais, como os profissionais, por exemplo, para formação de trabalhadores qualificados para a indústria ou o comércio, ou cursos de nível superior. Sociedades políticas podem ser partidos ou agremiações com propostas de atuação parlamentar ou defesa de mudanças na esfera política, como, por exemplo, a alteração de forma de governo, de monarquia para república ou o inverso. As sociedades recreativas compreendem clubes de esportes, agremiações carnavalescas e clubes familiares, destinados à promoção de jogos de salão, bailes, festas e exercício de talentos artísticos, como recitais de poesias e música e peças teatrais e as sociedades religiosas são aquelas em que o traço de união dos associados é uma fé, que pode ser católica, protestante, judia ou espírita. Podem ser grupos de oração, de vida em comum (como as congregações e ordens católicas) e de divulgação da doutrina. Consideramos aqui sociedades religiosas tanto as de leigos (como devoções, irmandades, ordens terceiras etc.) como as institucionais (igrejas protestantes ou cabidos de catedrais). Finalmente, consideramos de tipo sindical aquelas que expressam nos seus fins a defesa dos interesses da categoria, a luta por melhores salários e condições de trabalho.

6 As associações portuguesas que se registram

Consideramos associações portuguesas todas as que indicavam em seus estatutos serem constituídas de portugueses, seja enquanto nacionais ou naturais de alguma área integrante de Portugal, fosse ele Portugal Continental ou Ultramarino. As associações que correspondem a esse critério são as abaixo.

REG.	DATA REG.	FUNDAÇÃO	TIPO	NOME
40	16/08/1904	31/05/1863	auxílio mútuo nacionalidade	Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V
117	09/01/1907	28/09/1883	auxílio mútuo nacionalidade	Congregação dos Artistas Portugueses (ver tb. reg. 378)
124	09/01/1907	10/06/1880	auxílio mútuo nacionalidade	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
129	14/01/1907	29/06/1884	auxílio mútuo nacionalidade	Associação Beneficente Protetora da Colônia Por tuguesa (ver tb. reg. 415)

130	14/01/1907	26/05/1863	auxílio mútuo nacionalidade	Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses
142	17/01/1907	08/07/1882	auxílio mútuo nacionalidade	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia
156	21/01/1907	15/08/1881	auxílio mútuo nacionalidade	Sociedade Fraternidade Açoriana
160	23/01/1907	23/12/1902	auxílio mútuo nacionalidade	Real Centro da Colônia Portuguesa
169	25/01/1907	24/05/1896	auxílio mútuo nacionalidade	Centro Beneficente da Colônia Portuguesa
260	12/08/1907	30/06/1859	cultural nacionalidade	Retiro Literário Português
328	14/06/1908	18/08/1907	auxílio mútuo nacionalidade	União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos
349	23/10/1908		política nacionalidade	Grêmio Republicano Português
368	25/01/1909	05/07/1908	auxílio mútuo nacionalidade	Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses
378	16/04/1909	28/09/1883	auxílio mútuo nacionalidade	Congregação dos Artistas Portugueses (ver tb. reg. 117)
415	25/11/1909	29/06/1884	auxílio mútuo nacionalidade	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa (ver tb. reg. 129)

A análise desse quadro já nos coloca questões interessantes. Dos 15 registros ocorridos no período, um ocorre em 1904, logo após a criação do 1º Ofício, nove em 1907, exatamente o ano em que há o maior número de registros[13], dois em 1908 e três em 1909.

Esses 15 registros referem-se efetivamente a 13 associações, uma vez que a Congregação dos Artistas Portugueses e a Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa têm dois registros cada, em 1907 e em 1909. Possuímos datas de fundação de 12 associações, dos quais onze ocorreram no séc. XIX., as demais em 1902, 1907 e 1908. A distribuição de ocorrências é a seguinte:

[13] 1907 é o ano com maior número de registros no período 1903-1923. Os anos mais próximos em quantidade de registros são 1921 e 1923, com 110 e 104 ocorrências, respectivamente.

ANOS	ASSOCIAÇÕES
1859	1
1863	2
1880	1
1881	1
1882	1
1883	1
1884	1
1896	1
1902	1
1907	1
1908	1
s. id.	1
Total	13

Não temos informações que nos permitam contextualizar os anos em que são fundadas essas associações. Entretanto, cabe observar que todas as associações identificadas foram fundadas após a segunda metade do séc. XIX e, normalmente, uma em cada ano. Mesmo após 1882, quando a Lei n. 3.150, de 4/11/1882 dispensa de autorização vários tipos de associação[14], não há um aumento significativo de associações portuguesas, embora haja indícios que essa nova regulamentação facilitou o surgimento de novas sociedades no período.

Entre as sociedades que se registram, pode-se observar a ausência de importantes associações portuguesas, como o Real Gabinete Português de Leitura, a mais antiga associação portuguesa no Brasil, fundada em 14/5/1837, a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, de 15/05/1840, ou o Liceu Literário Português, de 10/9/1868, para citar apenas algumas das mais significativas e atuantes até hoje. Devem ter se registrado depois, mas o que chama a atenção aqui é que, mesmo em 1909, passados seis anos da Lei n. 973, ainda não se tinham adequado a ela.

É verdade que o registro era facultativo, sendo necessário apenas para a obtenção de personalidade jurídica, mas isso não explica essa ausência, uma vez que sempre se considerou que o mais importante incentivo para a busca da personalidade jurídica seria a necessidade desse status para a gerência de

[14] Essa Lei regula o estabelecimento de companhias e sociedades anônimas, Em seu artigo 34 afirmava: "*As disposições desta lei não compreendem as sociedades de socorros mútuos, nem as literárias, científicas, políticas e beneficentes que não tomarem a forma anônima. As ditas sociedades se podem instituir sem autorização do Governo e são regidas pelo direito comum*".

bens e haveres. É possível supor que associações pequenas, com poucos sócios e sem haveres, com pequena arrecadação, pudessem funcionar sem personalidade jurídica, na medida em que não dispusessem de bens, não possuíssem conta em banco e usassem como sede a residência de um dos diretores, mas todas as três associações acima referidas eram extremamente importantes social e economicamente e, entre seus membros, contavam pessoas distinguidas tanto na colônia portuguesa como na sociedade carioca, sendo improvável que ignorassem essa determinação legal. Uma das possibilidades de explicação disso poderia ser o fato de essas associações terem tido em suas diretorias pessoas tão influentes na sociedade brasileira à época que não se sentissem obrigadas imediatamente ao registro.

Há uma dominância quase absoluta de associações de auxílio mútuo, que são em número de 11. As outras duas são uma política e outra cultural. Associações de auxílio mútuo são as mais comuns também se nosso universo for o de todas as associações registradas entre 1903 e 1909 (em número de 417), constituindo mais da metade dos registros, vindo num segundo lugar longínquo as associações religiosas. É claro que a inexistência de algum tipo de legislação de proteção social determina a necessidade da criação desse tipo de associação, o que ainda mais deveria ser sentido por imigrantes que se encontravam sozinhos, sem a presença e proteção de membros da família e de amigos influentes. O fato dos portugueses se constituírem como uma grande colônia de imigrantes provavelmente também não facilitaria a beneficência por compatriotas, nem uma ajuda maior da representação diplomática, estimulando a busca de segurança pela adesão a essas associações.

Isso pode ser contraposto ao fato de, no período, serem registradas três sociedades de tipo beneficente, subtipo nacionalidade, ou seja, uma sociedade em que os sócios contribuem para caridade com não sócios, com base apenas no critério da nacionalidade. São elas a Sociedade Francesa de Beneficência (reg. 153 e 376, respectivamente de 21/1/1907 e 3/3/1909), a Sociedade Belga de Beneficência (reg. 179, de 6/2/1907) e a Sociedade Alemã de Beneficência (reg. 325, de 8/6/1908). Isso não significa que sociedades de auxílio mútuo de portugueses não praticassem caridade com seus compatriotas – a Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V (reg. 40, de 16/8/1904) e o Real Centro da Colônia Portuguesa (reg. 160, de 23/1/1907) tinham, em seus fins, a prática de atos de caridade para com não sócios[15], mas apenas que o seu aspecto predominante era o de auxílio mútuo.

[15] A Caixa de Socorros proclama várias vezes ter como público alvo de seus fins os associados e portugueses e, no caso da farmácia que deveria instalar, se propõe a socorrer todos que dela necessitem, insinuando que mesmo que não portugueses; o Real Centro se propunha a ajudar os

7 Características comuns dessas associações

As associações, portuguesas ou não, além de se assemelharem naturalmente quando de mesmo tipo, por exemplo, de auxílio mútuo, tendiam a obedecer a um certo padrão na forma de expressarem seus fins, a constituição de seus fundos sociais, sua administração, exigências para ingresso de sócios etc. Podemos observar mais claramente esses traços comuns quando trabalhamos com sociedades que se registram na mesma época, e isso será bem demonstrado na medida em que, excetuada a Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, todas as demais se registram entre 1907 e 1909.

A maioria das associações tem uma diretoria sofisticada, com presidente, vice, dois secretários, tesoureiro, procurador e algumas vezes suplentes. Três associações (o Retiro Literário Português, o Grêmio Republicano Português e o Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses) só tem a diretoria e não possuem conselhos para sua administração. As demais o têm, variando em composição. Aquelas em que o conselho é pequeno, de 3 a 5 membros, casos da Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa, da Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses e da Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa, a eleição é direta, por todos os sócios em assembléias gerais. Na Congregação dos Artistas Portugueses, Fraternidade dos Filhos da Lusitânia, Sociedade Fraternidade Açoriana e União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos, com grandes conselhos, a eleição para a diretoria é indireta, sendo o conselho responsável pela escolha, dentre seus membros, daqueles que ocuparão a diretoria. No Real Centro da Colônia Portuguesa e no Centro Beneficente da Colônia Portuguesa, a eleição para a diretoria só é direta para os cargos de tesoureiro, sendo, para os demais cargos, realizada pelo conselho, este sim eleito pelos sócios. A Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V tem características singulares: possui uma diretoria simples (presidente, secretário e tesoureiro), o conselho com maior número de membros dentre todas as suas congêneres (24), mas toda a administração eleita diretamente.

A Caixa D. Pedro V, a Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões, a Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses e a Fraternidade dos Filhos da Lusitânia têm como presidentes honorários o ministro/cônsul de Portugal no Rio de Janeiro. A Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa dá a D. Carlos I o título de "grande protetor", considerando seus prepostos no Brasil, o embaixador e cônsul, "protetores". O Retiro Literário Português e o Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses davam ao rei de Portugal o título de presidente perpétuo e o seu

ministro ou encarregado de negócios no Brasil era sócio honorário do primeiro e presidente honorário do segundo. O esforço em de manter uma ligação com o governo português ficava publicamente expresso quando essas associações incorporavam títulos de "Real" ou "Benemérita" a suas denominações, o que contribuiria também para seu engrandecimento frente à colônia.

Quanto à constituição do fundo social, as associações portuguesas, como em geral quase todas as associações registradas entre 1903 e 1909, preferiam, para a segurança de seu patrimônio, apólices da dívida pública, imóveis, pelo menos um para sede, e móveis, designação genérica que englobaria desde mobiliário até valores em dinheiro. Se no início do registro várias associações, entre as quais a Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, informavam a quanto montava seu capital, algumas vezes até especificando endereços de imóveis, os registros logo passaram a ser mais sucintos nesse pormenor, só declarando a espécie geral de aplicação e, após 1907, substituindo, com freqüência, as informações sobre a constituição do fundo social pela declaração de que a renda do fundo era gasta com auxílios, socorros e despesas.

Dentre as associações de auxílio mútuo, os fins mais comuns são a concessão de auxílios pecuniários aos sócios doentes ou impossibilitados de trabalhar, o que poderia ser temporário, por exemplo, por acidente, ou permanente, por invalidez ou excessiva idade, a concessão de pensões à família, auxílio no transporte para fora da capital (para outra parte do Brasil ou mesmo para o exterior) por recomendação médica, o que nos remete aos problemas de insalubridade do Rio de Janeiro e a doenças que exigiam "melhores ares", como a tuberculose. A única associação desse tipo que não declara explicitamente os benefícios pecuniários aos doentes e inválidos é a Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, que usa de fórmulas gerais que permitem esse e outros tipos de ajuda.

Essa mesma Caixa de Socorros D. Pedro V, a Congregação dos Artistas Portugueses (reg. 117, de 1907) e o Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses são os únicos que não oferecem ajuda para enterramento dos sócios, questão fundamental na época, e que está presente na esmagadora maioria dos estatutos das associações de auxílio mútuo que se registram no período. Cabe observar, entretanto, que a Caixa de Socorros, com seus fins gerais, provavelmente concedia também esse benefício e que a Congregação dos Artistas Portugueses, quando altera seu estatuto (reg. 378, em 1909), passa a garantir também essa vantagem.

Somente o Real Centro da Colônia Portuguesa e o Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses não concediam pensão às famílias nem auxili

avam os sócios doentes a buscarem melhores ares fora da capital. A Caixa D. Pedro V não explicitava a questão de pagamento de pensões, mas afirmava auxiliar pecuniariamente sócios e suas famílias, sendo que as esposas e filhos menores ganhavam a metade do que era dado ao sócio, exceto se fossem eles mesmos sócios.

Em geral, essas pensões eram pagas à viúva e aos filhos, havendo limites etários diferentes para filhos e filhas. A União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos só pagava pensão se a viúva tivesse vivido até o fim com o falecido e não tivesse "mau comportamento".

O Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses, que exigia de seus sócios "idéias conservadoras", era bastante progressista com relação ao pagamento do legado que os sócios deixavam para a família: se o associado fosse casado em Portugal e residisse no Brasil com outra mulher, o legado era dividido igualmente entre as duas, mas se uma delas tivesse filhos e a outra não, a divisão passava a ser 2/3 para a com filhos e 1/3 para a sem filhos.

Socorros, pensões e legados exigiam, geralmente, uma determinada carência, ou seja, um tempo de adesão à sociedade, além de variarem de valor com base em diferentes critérios. Além de variarem de acordo com a gradação dos sócios, podiam variar também de acordo com o tempo pelo qual eram pagos. Assim, pensões por invalidez, eram normalmente menores do que beneficências temporárias por doenças.

Três associações, a Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, a Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses e o Real Centro da Colônia Portuguesa se propunham a ajudar os associados presos, desde que antes da sentença e não acusados de determinados crimes, geralmente "crimes infamantes".[16]

O orgulho pela criação da associação faz que a Congregação dos Artistas Portugueses (reg. 117, de 1907) e a Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões expressem entre seus fins a comemoração de suas datas de fundação /instalação. Da mesma maneira, várias associações vão comemorar datas cívicas portuguesas ou aquelas ligadas diretamente a seus patronos, sendo que algumas vezes fazem coincidir data de fundação / instalação com essas datas.

É bastante interessante verificar também o que de diferente as associações de auxílio mútuo ofereciam. A Caixa D. Pedro V oferecia assistência

---

[16] "A infâmia de Direito (*infamia juris*) é a que decorre da condenação por crime considerado infame. Geralmente, assim se entendem os crimes em que há fraude ou dolo". Verbete Infâmia. In: SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

médica e farmacêutica (para associados, portugueses e pessoas que a ela recorressem), pretendia instituir um asilo para meninas, comemorava a morte do patrono com missa e doação de roupas a órfãos, podia abrir aulas gratuitas para portugueses e seus filhos, além de deixar abertas todas as possibilidades de ajuda na expressão geral de "quaisquer outros favores aos associados ou portugueses", suas famílias e filhos menores.

A Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses além de proclamar que dava pensão à família dos sócios falecidos, também se propunha a criar um montepio. O Real Centro da Colônia Portuguesa pretendia ajudar vítimas de calamidades ocorridas na mãe-pátria. Mas o que é mais peculiar é que se posicionava como intérprete das necessidades dos compatriotas, reclamando junto às autoridades de Portugal e do Brasil tudo que conviesse aos que aqui residissem. Pretendia também constituir biblioteca para seus associados. O Centro Beneficente da Colônia Portuguesa promovia sorteio para admissão de seus sócios na Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, indicando que para seus associados a possibilidade de pertencerem a essa última associação deveria ser muito distante, dado o valor exigido para se remir. A União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos, além da ajuda para o funeral, assumia aviso fúnebre em jornal e enviava comissão para acompanhamento do féretro.

O Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses tinha propósitos extremamente peculiares, que nos permitem entrever a que setor da colônia portuguesa se destinava. Para seus sócios, que deveriam ser portugueses com "idéias conservadoras", o Centro propunha-se a aceitar procurações para gerir patrimônio dos sócios ausentes do Brasil, a liquidar espólios no Brasil de associados falecidos, a garantir assistência de advogados tanto para causas cíveis quanto criminais. Para os que, porventura, terminassem suas vidas não tão bem sucedidos, o Centro propunha-se a repatriá-los ou a conceder-lhes auxílio e, depois, pensões às famílias. Pretendia também estabelecer relações com associações de imigrantes tanto no Brasil quanto em Portugal, lutar junto ao governo português por anistia para seus associados, fundar albergues noturnos, orfanatos, creches e asilos, bem como proporcionar recreação aos associados. O lado político de defesa da monarquia expressava-se na realização de conferências em celebrar missas pelas almas de D. Carlos e D. Luís Felipe, assassinados em 1 de fevereiro. No último dia do ano, o Centro realizava uma missa pelas almas dos associados falecidos. Também dava legados às famílias dos associados falecidos.

A Sociedade Fraternidade Açoriana, além dos fins normais a uma associação de auxílios mútuos, tinha de peculiar o objetivo de manter e desenvolver uma biblioteca.

A única sociedade cultural de nossa lista, o Retiro Literário Português, pretendia cultivar o intelecto de seus sócios, instituindo aulas paras eles e seus filhos, mantendo biblioteca, publicando revista literária, realizando conferências e discussões sobre ciências, artes e, principalmente, literatura portuguesa.

O Grêmio Republicano Português pretendia divulgar entre os compatriotas o ideal republicano, orientar os portugueses no Brasil quanto "à verdadeira situação política e social" da pátria, auxiliar moral e materialmente o Partido Republicano em Portugal e proteger seus filiados quando perseguidos por razões políticas. Para isso manteria biblioteca, realizaria conferências, estabeleceria jornal ou boletim para dar publicidade a questões de interesse social e político e difundir seus ideais. O Grêmio afirmava estarem proibidas quaisquer discussões sobre política brasileira e propunha-se a dar aulas práticas de línguas, escrituração comercial, contabilidade, história, geografia, economia, política e educação cívica para sócios e seus filhos, o que acabava estabelecendo um nexo entre o republicanismo de suas propostas políticas, democratização da cultura e possibilidade de ascensão social. Comemorava a data da Revolução Republicana do Porto (31 de janeiro) e efemérides da Revolução Francesa, como a declaração dos direitos do homem e do cidadão e a queda da Bastilha (14 de julho).

8 Os membros dessas associações

Os dossiês de registro não dão informações numéricas nem nominais dos associados[17]. No entanto, além de caracterizarem em largos traços seus membros (número limitado ou ilimitado, sexo, nacionalidade etc.), informam, com freqüência, os nomes dos fundadores ou instituidores e sempre, dado que a lei obrigava o fornecimento dos nomes dos membros do corpo diretivo.[18] Além de caracterizarmos os membros dessas associações com base no que é expresso em seus estatutos, trabalharemos com o cruzamento do nome dos fundadores e diretores.

A primeira observação que se impõe é que a essas associações só podiam pertencer cidadãos portugueses natos ou naturalizados, com duas exceções: a Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa e a

[17] DISTRITO FEDERAL. DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA PÚBLICA, *op. cit.*, traz dados sobre número de associados daquelas associações que classificam como de auxílio mútuo e beneficência para o período de 1912 a 1920.

[18] Para nosso trabalho, denominaremos fundadores os fundadores propriamente ditos e os instituidores, e diretores os membros da direção das associações.

Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V. A primeira entendia como português o nascido em Portugal ou qualquer de suas possessões, independentemente da nacionalidade, o que devia ser muito interessante à época, já que no Brasil, por ocasião da República, ocorreu a naturalização de todos os estrangeiros que não tivessem expressamente manifestado o desejo de manter a nacionalidade, acarretando a transformação de muitos portugueses, até inadvertidamente, em brasileiros. A Caixa D. Pedro V aceitava esposas e filhos menores de portugueses como sócios, não determinando as nacionalidades deles.

Só a Caixa D. Pedro V e a Sociedade Fraternidade Açoriana aceitavam mulheres, embora provavelmente, elas não tivessem os mesmos direitos de participação que seus maridos ou pais. Essa questão não era exclusiva de portugueses e, com exceção das associações religiosas, muito poucas associações aceitavam o ingresso de mulheres. O número das que mulheres participavam realmente, votando e sendo votadas, era ainda menor. Mesmo as irmandades e congêneres, tendiam à criação de cargos específicos para mulheres, normalmente ligados à realização de festas ou à manutenção do asseio e ornamentação de alfaias e do templo.

Para essas associações não importava a naturalidade, exceto para a Sociedade Fraternidade Açoriana e a União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos, que só aceitavam como sócios os oriundos dos dois arquipélagos.

Havia diversas gradações de sócios. Normalmente, os sócios podiam ser contribuintes ou remidos, ocorrendo a remissão por pagamento antecipado de valor. Além disso, os sócios podiam receber titulações, que variavam muito, podendo ser protetores, grandes protetores, sócios honorários, beneméritos, benfeitores, dignitários etc. Geralmente esses títulos eram dados a partir de donativos ou serviços, inclusive o de participar da administração com assiduidade, o que era fundamental dado o caráter gratuito desses trabalhos. As titulações acabavam repercutindo financeiramente, na medida em que sócios titulados recebiam valores maiores de beneficências e deixavam maiores pensões.

Tanto o Grêmio Republicano Português quanto o Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses, apesar de divergentes quanto a formas de governo, permitiam a possibilidade de indivíduos de outras nacionalidades serem agraciados com títulos, no primeiro de sócios honorários, no segundo de beneméritos ou benfeitores. O Centro, entretanto, explicitava claramente que não poderiam jamais participar da diretoria nem das assembléias. Essa possibilidade de conferir títulos a não portugueses pode ser um meio interessante

de cooptar para as duas associações indivíduos de outras nacionalidades, principalmente brasileiros, que pudesse colaborar para o bom funcionamento e crescimento delas.

Para essas associações temos os nomes de 186 pessoas citadas como suas fundadoras ou membros de suas direções. Desses 186 homens, 13, ou seja 6, 98% do total, participam de mais de uma associação. São eles:

Fundadores /diretores	Associações
Araújo, João de (dir.)	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa (1907; 1909) Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses
Carvalho, José Justino de (fund.)	Congregação dos Artistas Portugueses Fraternidade dos Filhos da Lusitânia
Castro, Artur Augusto Cardoso de (dir.)	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses
Coelho, Arnaldo Máximo (dir.)	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões Real Centro da Colônia Portuguesa
Dantas, Caetano Joaquim de (dir.)	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses
Gonçalves, Rosendo José (dir.)	Congregação dos Artistas Portugueses Fraternidade dos Filhos da Lusitânia
Leal, Francisco Ferreira	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa (fund.) Congregação dos Artistas Portugueses (1907; 1909) (dir.) Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões (dir)
Lemos, Antônio Martins de (dir.)	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses
Sampaio, Guilherme Pinto (dir.)	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa (1909) Congregação dos Artistas Portugueses (1909)
Simões, Joaquim Manuel Gonçalves (fund.)	Congregação dos Artistas Portugueses Fraternidade dos Filhos da Lusitânia

Sousa, João José de, comendador (dir.)	Congregação dos Artistas Portugueses Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
Sousa, Joaquim José Rodrigues de	Retiro Literário Português (dir.) Grêmio Republicano Português (fund.)
Vieira, Luís Alves (dir.)	Centro Beneficente da Colônia Portuguesa Congregação dos Artistas Portugueses (1909)

Dos treze indivíduos relacionados, doze participam de duas associações e apenas uma de três. Se nos preocuparmos com as associações relacionadas, teremos o quadro abaixo.

Associações	Ocorrências
Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa	6
Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões	3
Centro Beneficente da Colônia Portuguesa	1
Congregação dos Artistas Portugueses	7
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	3
Grêmio Republicano Português	1
Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses	4
Real Centro da Colônia Portuguesa	1
Retiro Literário Português	1

As primeiras conclusões indicam, além da natural dominância de associações de auxílio mútuo, que as duas associações com maior número de ocorrências foram fundadas na década de 1880, ou seja, eram associações já há muito estabelecidas, provavelmente consideradas estáveis. É interessante observar também que a única associação política e a única cultural foram referidas pela mesma pessoa, que não participava de nenhuma associação de auxílio mútuo portuguesa.

9 Associações ligadas à cultura portuguesa

Além das associações compostas por portugueses, encontramos um grupo de entidades que, não tendo explícitas restrições à entrada de membros por nacionalidade, têm nomes ligados a personagens ou eventos relacionados a Portugal, com exceção da União Social, que foi aqui incluída por ser a associação resultante da fusão do Centro Beneficente Marquês de Pombal, da Associação de Socorros Mútuos Memória a D. Pedro I e da Fraternidade Beneficente da Colônia Portuguesa. São elas:

Reg.	Data reg.	Fundação	Tipo	Nome
314	03/04/1908	29/11/1896	auxílio mútuo	Associação Beneficente Homenagem ao Conselheiro Antônio Enes
216	25/04/1907	21/09/1887	auxílio mútuo	Associação Beneficente Homenagem ao Escritor Português Ramalho Ortigão
170	25/01/1907	20/06/1903	auxílio mútuo	Associação Beneficente Memória a D. Afonso Henrique e Serpa Pinto
303	18/02/1908	01/01/1882	auxílio mútuo	Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita
122 386	09/01/1907 15/05/1909	12/06/1881	auxílio mútuo	Associação de Socorros Mútuos D. Maria Pia
176	31/01/1907	08/09/1883	auxílio mútuo	Associação de Socorros Mútuos Memória a El Rei D. Sebastião
217 383	25/04/1907 11/05/1909	22/01/1884	auxílio mútuo	Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho
168 392	25/01/1907 28/06/1909	15/08/1882	auxílio mútuo	Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal
165	24/01/1907	07/09/1884	auxílio mútuo	Associação de Socorros Mútuos Memória ao Poeta Bocage
121 387	09/01/1907 17/05/1909	11/07/1880	auxílio mútuo	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama
354	19/11/1908		auxílio mútuo	Benemérita Loja Capitular Luís de Camões
175	30/01/1907	23/10/1898	auxílio mútuo	Centro Beneficente D. Amélia - Rainha de Portugal
370	12/02/1909	01/04/1897	auxílio mútuo	Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque
111	26/11/1906	21/08/1898	recreativa	Clube de Regatas Vasco da Gama
256	31/07/1907	08/04/1883	auxílio mútuo	Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal
125	11/01/1907	31/03/1895	auxílio mútuo	Congregação Familiar de Socorros Santa Isabel Rainha de Portugal
150	18/01/1907	15/08/1886	auxílio mútuo	Congresso Beneficente Alto Mearim
243	01/07/1907	21/04/1900	auxílio mútuo	Congresso Benefice General Cunha
149	18/01/1907	29/06/1884	auxílio mútuo	Fraternidade Beneficente da Colônia Portuguesa
126 384	11/01/1907 14/05/1909	30/05/1884	auxílio mútuo	Grêmio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco
161	23/01/1907	15/08/1865	auxílio mútuo	Real Associação Beneficente Condes de Matosinhos e São Cosme do Vale
177	01/02/1907	31/10/1868	recreativa	Real Sociedade Clube Ginástico Português
119 396	09/01/1907 24/07/1909	05/05/1888	auxílio mútuo	Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia

135	15/01/1907	25/04/1884	auxílio mútuo	Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses do Primeiro de Dezembro de 1640
407	30/09/1909		auxílio mútuo	Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses Rainha Santa Isabel
293	28/12/1907	22/08/1907	auxílio mútuo	União Social

O quadro acima relaciona essas associações, indicando número e data de registro junto ao 1° Ofício, data de fundação, tipo e nome da associação. Algumas associações se têm dois registros no período, o que é indicado por uma segunda linha no número e data de registro. A partir desses dados temos algumas possibilidades de análise. Segue abaixo o quadro de quantidades de associações fundadas por ano.

ANOS	ASSOCIAÇÕES
1865	1
1868	1
1880	1
1881	1
1882	2
1883	2
1884	5
1885	1
1886	1
1887	1
1888	1
1895	1
1896	1
1897	1
1898	2
1903	1
1907	1
s. ident.	2
Total	26

Das 24 associações para as quais temos dados, 16 foram fundadas ainda no Império, sendo que 11 entre 1883 e 1888, o que parece sugerir que sua criação foi estimulada pela Lei n.3.150, de 4/11/1882, que dispensava de autorização governamental a criação de várias associações. Há uma dominância

quase absoluta de associações de auxílio mútuo (24), existindo apenas duas recreativas. A União Social, também de auxílio mútuo, parece ter uma preocupação maior do que apenas seus sócios, na medida em que se propunha a criar uma caixa de previdência para socorrer sócios ou não vítimas de catástrofes ou acidentes.

Como, no geral, a presença feminina é mínima, sendo interessante observar que a Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho podia ter uma mulher como patrona, mas não como associada. Em tempos anteriores, a participação de mulheres deve ter sido maior, já que a Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita (estatuto reformado em 1907), Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal (estatuto de 1903), o Congresso Beneficente Alto Mearim, e a União Social (fruto da fusão de outras associações) só aceitavam sócios do sexo masculino, mantendo-se no quadro social apenas as senhoras ingressadas anteriormente.

Aceitavam mulheres a Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama, o Centro Beneficente D. Amélia – Rainha de Portugal, a Congregação Familiar de Socorros Santa Isabel Rainha de Portugal, o Congresso Beneficente General Cunha (mas somente como sócias iniciadoras ou instaladoras), o Grêmio Beneficente a Memória de Camilo Castelo Branco e a Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia.

Dentre as que permitiam a presença feminina, na Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama e no Grêmio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco e na Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia (estatuto de 1909) seu ingresso estava condicionado a serem propostas por pai, marido ou irmão. De qualquer maneira, sua presença não se dava nos mesmos moldes dos associados homens – está geralmente expresso no estatuto que não podem votar e na Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia (estatuto de 1909) as mulheres pagavam um valor diferente de jóia e tinham idade máxima menor (40, enquanto para homens era 50). A Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia foi a única fundada por uma mulher, Maria da Conceição Ferreira da Costa, com certeza parente do outro fundador, Miguel Ferreira da Costa.

Procedemos ao cruzamento dos nomes dos fundadores e diretores das associações portuguesas (*fundpt* e *dirpt*) com os nomes dos fundadores de diretores de associações ligadas a Portugal mas não exclusivamente de

Sócios	Ação	Associações
Braga, Manuel Alves Dias	fundip	Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal
	fundpt	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
Braga, Manuel José Antunes	dirip	Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal
	dirip	Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho
	dirip	Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal
	dirpt	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
Carqueja de Fuentes, Baldomero, comend.	dirpt	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa
	fundip	Associação Beneficente Homenagem ao Conselheiro Antônio Enes
Carvalho, José Justino de	fundip	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama
	fundpt	Congregação dos Artistas Portugueses
	fundpt	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia
Coelho, José Alves	dirip	Associação de Socorros Mútuos D. Maria Pia
	dirpt	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
Costa, Antônio Leite da Serpa Pinto	dirip	Associação Beneficente Memória a D. Afonso Henrique e
	dirpt	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
Dias, João Antônio	dirip	Associação Beneficente Homenagem ao Escritor Português Ramalho Ortigão
	fundpt	Centro Beneficente da Colônia Portuguesa
Ferreira Júnior, Manuel José	dirip	Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita
	dirpt	Real Centro da Colônia Portuguesa
Freitas, Antônio da Costa	dirip	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama
	dirpt	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
Gonçalves, Rosendo José	dirip	Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia
	dirip	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama
	dirip	Congregação dos Artistas Portugueses
	dirpt	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia
Leal, Francisco Ferreira	fundpt	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa
	dirip	Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal
	dirip	Congregação dos Artistas Portugueses (1907; 1909)
	dirpt	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
Leão, Bernardo Correia Araújo, cel.	dirip	Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho
	dirip	Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal (1907; 1909)
	dirpt	Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses

	fundip/ dirip	União Social
Martins, Joaquim Lopes	dirip	Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita
	dirpt	Real Centro da Colônia Portuguesa
Martins, Manuel Francisco	dirip	Congregação Familiar de Socorros Santa Isabel Rainha de Portugal
	dirip	Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses Rainha Santa Isabel
	dirpt	Sociedade Fraternidade Açoriana
Mesquita, Joaquim Moreira	dirip	Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho
Antônio da Silva	dirpt	Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses
Mota, José	dirip	Associação de Socorros Mútuos D. Maria Pia
	dirpt	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
Mota, Luís	dirip	Congresso Beneficente Alto Mearim
Barbosa Ferreira	fundpt/ dirpt	Centro Beneficente da Colônia Portuguesa da
Oliveira, José Campelo de	fundip/ dirip fundpt	Congresso Beneficente Alto Mearim Centro Beneficente da Colônia Portuguesa
Pereira, Antônio Joaquim Rodrigues	dirip	Congresso Beneficente General Cunha
	dirpt	Centro Beneficente da Colônia Portuguesa
Pereira, Delfino José	dirip	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama (1907; 1909)
	dirpt	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia
Sampaio, Guilherme Pinto	dirip	Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses Rainha Santa Isabel
	dirpt	Congregação dos Artistas Portugueses 1909
	dirpt	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa 1909
Soares, Manuel Gomes	dirip	União Social
	dirpt	Real Centro da Colônia Portuguesa
Sousa, Brás Dias	dirip	Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia de
	dirpt	Congregação dos Artistas Portugueses
Sousa, João José de, comend.	dirip	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama (1907; 1909)
	dirip	Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia
	dirip	Associação de Socorros Mútuos D. Maria Pia
	dirip	Congregação dos Artistas Portugueses
	dirpt	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
Vieira, Luís Alves	dirip	Grêmio Beneficente a Memória de Camilo Castelo Branco (1907; 1909)
	dirip	Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho
	dirpt	Centro Beneficente da Colônia Portuguesa
	dirpt	Congregação dos Artistas Portugueses 1909

A primeira observação é quanto ao número de pessoas que pertenciam a associações exclusivamente de portugueses e que integravam, como fundadores ou dirigentes, outras que, ligadas à cultura portuguesa, não tinham restrições à nacionalidade de seus membros. Enquanto somente 13 pessoas de associações portuguesas eram fundadores ou diretores de mais de uma associação portuguesa, o número de portugueses integrando dessa forma associações ligadas a Portugal, mas sem restrição de nacionalidade, passa para 25, praticamente o dobro. Se trabalhássemos com a participação como membros, o que não temos condição com nossas fontes, ou com a participação em qualquer tipo de associação como fundadores ou diretores, isto sim possível, porém muito mais trabalhoso, alcançaríamos números ainda mais significativos.

O número de pessoas que, além da associação portuguesa, integram uma outra não portuguesa está expresso no quadro abaixo.

Ocorrências	Associações ligadas à cultura portuguesa	Observações
18	1	2 pessoas participam de 2 as sociações portuguesas
2	2	1 pessoa participa de duas as sociações portuguesas
4	3	
1	4	

Comparando esse quadro com o de pessoas que participavam de mais de uma associação portuguesa, encontramos apenas seis portugueses fundadores ou diretores de mais de uma associação portuguesa participando como fundadores ou diretores de associação ligadas à cultura portuguesa. São eles: Carvalho, José Justino de; Gonçalves, Rosendo José; Leal, Francisco Ferreira; Sampaio, Guilherme Pinto; Sousa, João José de, comendador e Vieira, Luís Alves. Os outros 19 eram portugueses que participavam apenas de uma associação portuguesa.

Outra questão interessante é que a maioria das pessoas integra apenas mais uma associação. Cabe observar que quem participava de quatro associações era o comendador João José de Sousa, cuja participação na direção de cinco associações (uma portuguesa e quatro ligadas à cultura portuguesa) devia não só dar distinção a essas associações como também só poderia ser realizado por alguém com posses, uma vez que o trabalho de dirigir essas sociedades não era remunerado.

A participação em associações não exclusivamente portuguesas, ainda que ligadas à cultura portuguesa, parece indicar uma estratégia de envolvimento e participação maior dos portugueses na sociedade brasileira em geral. O fato disso se dar nesse tipo de associações, que malgrado uma ligação explícita com valores lusitanos, se propõem a ser universalistas, pode funcionar como um reforço positivo à imigração portuguesa, vista como aberta à integração na sociedade brasileira e às demais colônias de imigrantes presentes então na Capital Federal. Na medida em que ser inclusiva e aceitar todas as culturas e povos era visto como uma das qualidades da sociedade brasileira, os portugueses, ao se comportarem assim, estabeleciam Portugal como origem desse valor.

A distribuição de ocorrências por associações é conforme abaixo.

Associações	Tipo	Ocorrências
Associação Beneficente Homenagem ao Conselheiro Antônio Enes	ip	1
Associação Beneficente Homenagem ao Escritor Português Ramalho Ortigão	ip	1
Associação Beneficente Memória a D. Afonso Henrique e Serpa Pinto	ip	1
Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa	pt	3
Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita	ip	2
Associação de Socorros Mútuos D. Maria Pia	ip	3
Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho	ip	4
Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal	ip	3
Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama	ip	5
Associação Portuguesa de Beneficência Memória d Luís de Camões	pt	8
Centro Beneficente da Colônia Portuguesa	pt	5
Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses	pt	1
Congregação dos Artistas Portugueses	pt	7[2]
Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal	ip	2
Congregação Familiar de Socorros Santa Isabel Rainha de Portugal	ip	1
Congresso Beneficente Alto Mearim	ip	2
Congresso Beneficente General Cunha	ip	1
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	pt	3
Grêmio Beneficente a Memória de Camilo Castelo Branco	ip	1
Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses	pt	1
Real Centro da Colônia Portuguesa	pt	3
Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia	ip	3
Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses Rainha Santa Isabel	ip	2
Sociedade Fraternidade Açoriana	pt	1
União Social	ip	2
Total		66

As associações com mais ocorrências são a Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões (8), Congregação dos Artistas Portugueses (7), a Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama e o Centro Beneficente da Colônia Portuguesa (5) e a Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho (4). Dessas, a Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões, a Congregação dos Artistas Portugueses e o Centro Beneficente da Colônia Portuguesa integravam o conjunto de associações portuguesas com maior incidência de fundadores ou diretores também integrantes, nessas qualidades, de sociedades congêneres. Cabe imaginar que essas associações provavelmente viam com bons olhos a participação de seus membros em outras agremiações, seja por uma questão de prestígio, seja pela oportunidade de constituírem-se alianças.

10 Conclusão

O presente trabalho, além de indicar algumas características do movimento associativo de imigrantes portugueses na cidade do Rio de Janeiro, quis chamar a atenção para as variadas possibilidades de pesquisa existentes em torno desse tema e que merecem detidos estudos, por exemplo, a relação dessas associações com a comunidade portuguesa e as demais associações existentes no Distrito Federal à época, as relações que essas associações estabeleciam com o Estado brasileiro e com o Estado português, por meio de sua representação diplomática etc. Se, além disso, suscitar a busca pelos acervos dessas sociedades, pelos jornais, revistas e boletins que editavam, a curiosidade pelos que delas participavam, como dirigentes e simples membros, com certeza alcançou seus propósitos.